



G1. ANALISTA LEG. (CONTROLE INTERNO)



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS
(de 1 a 30)**

Julgue os itens subsequentes.

01. Ser ético significa distinguir o bem do mal e o certo do errado, e agir de acordo com esse conhecimento. A conduta ética respeita os princípios e valores estabelecidos, garantindo que as ações individuais não prejudiquem os direitos dos outros, mantendo a harmonia e a justiça social.
02. Para utilizar a Digitação por Voz, uma ferramenta nativa do Google Docs, o usuário deve acessar o menu "Ferramentas" e selecionar a função correspondente. Ao ser ativada, a ferramenta exibirá um ícone de microfone na tela. Para iniciar a captação do som ambiente, basta clicar nesse ícone. Essa ferramenta é disponibilizada na versão paga do programa, assim como no Planilhas Google.
03. A efetivação de uma cidadania plena está diretamente relacionada à capacidade dos indivíduos de se engajarem criticamente nos processos democráticos, desafiando estruturas opressivas e promovendo a inclusão social e a justiça.
04. O Windows é uma série de sistemas operacionais multitarefa desenvolvida pela Microsoft. É de código aberto e gratuito, permitindo que qualquer fabricante possa utilizá-lo em suas máquinas, proporcionando flexibilidade de uso.
05. O Google Sheets é uma ferramenta que permite aos usuários criar, editar e compartilhar planilhas online através do Google Drive. Esse aplicativo capacita diversas empresas de diversos tamanhos a gerenciar e armazenar dados na nuvem, facilitando a troca de informações entre colaboradores e clientes. Sua versão gratuita oferece 100 GB de armazenamento, integração com o BigQuery, e recursos avançados de colaboração, como a restrição de acesso a células específicas e o acompanhamento das edições feitas pelos colaboradores.
06. Uma das maneiras mais básicas e eficazes de prevenir malwares é instalar programas antivírus – que detectam vírus, worms e trojans – e antispyswares. Esse passo é suficiente para proteger o computador contra ameaças, eliminando a necessidade de processos adicionais, como a atualização dos softwares. Atualizar o software após a instalação do antivírus pode abrir brechas para novos vírus.
07. A democracia é uma prática que se estende além das estruturas políticas, permeando as relações sociais e exigindo a participação ativa dos cidadãos em debates e decisões coletivas, o que é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.
08. A Área de Trabalho é a tela principal do sistema operacional, onde se encontram a Barra de Tarefas e diversos ícones. Esses ícones facilitam o acesso rápido a programas ou arquivos específicos. Para abrir um programa ou arquivo usando um ícone, basta clicar sobre ele ou selecioná-lo e pressionar a tecla "ENTER" no teclado. O Windows permite que vários programas sejam acessados simultaneamente. A Área de Trabalho pode ser personalizada pelo usuário, incluindo mudanças no plano de fundo, proteção de tela, criação de atalhos, entre outros ajustes. Para configurar a Área de Trabalho, basta clicar com o botão direito do mouse na área vazia e selecionar a opção "Personalizar" no menu que aparece.
09. Para lidar com ameaças em computadores, é fundamental entender alguns termos e suas definições. A diferença entre malware e vírus é que o termo "malware" se refere especificamente a um tipo de vírus, projetado para infectar e causar danos ao sistema de computador de outra pessoa. O vírus pode incluir códigos maliciosos, como worms, que atacam arquivos e se infiltram no sistema de diversas maneiras. Por outro lado, "vírus" é um termo mais abrangente, que inclui todos os tipos de software malicioso, classificados de acordo com o método usado para infectar um computador e se espalhar de um usuário para outro.

10. A ética profissional implica na aplicação de princípios morais específicos para cada área de atuação, como a ética médica, jurídica ou educacional. Esses princípios orientam o comportamento dos profissionais, assegurando a qualidade dos serviços prestados e o respeito às normas éticas vigentes em cada campo de trabalho.
11. A atuação do servidor público deve ser regida pelos princípios de dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, além de preservar a honra e a tradição dos serviços públicos. Esses valores são fundamentais para garantir a confiança da população e a eficiência no atendimento.
12. Os princípios éticos, como justiça e igualdade, são universais e imutáveis, aplicando-se de maneira uniforme em todas as sociedades e contextos culturais. Esses princípios fornecem uma base sólida para a construção de normas morais que regem o comportamento humano. Portanto, independentemente das diferenças culturais, a ética oferece um conjunto de valores fundamentais que orientam as ações individuais e coletivas.
13. Para realizar qualquer operação no Windows Explorer, comece selecionando o objeto desejado. Ao clicar em uma pasta, você poderá ver todo o seu conteúdo imediatamente. O Explorer oferece três tipos de seleção: - Seleção Individual: permite selecionar um objeto por vez com um simples clique do botão esquerdo do mouse. - Seleção em Lista: é possível selecionar vários objetos consecutivos usando o mouse ou a tecla "SHIFT" em conjunto com as setas de navegação do teclado. - Seleção Aleatória: selecione vários objetos não consecutivos pressionando a tecla "CTRL" enquanto clica nos objetos desejados com o mouse.
14. A ética no serviço público permite que os servidores aceitem presentes e favores de pessoas ou entidades privadas, desde que eles não ultrapassem o valor de mercado e não sejam oferecidos em troca de favores administrativos.
15. A ética, por ser uma disciplina filosófica, não está relacionada à prática cotidiana das pessoas, sendo apenas um exercício teórico distante das realidades práticas do comportamento moral humano.
16. Os cookies são pequenos arquivos de texto que informam ao navegador sobre visitas anteriores a sites específicos. Eles não apenas registram as páginas acessadas, mas também podem armazenar informações como vídeos assistidos, tempo de navegação em uma página, preferências de idioma e histórico de buscas. Em resumo, todas as suas atividades online podem gerar dados que são armazenados em cookies. No Brasil, a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) requer que os sites informem aos usuários sobre o uso de cookies para armazenar informações e preferências. Essa legislação não impede que criminosos utilizem essa tecnologia de maneira inadequada.
17. No Windows, há várias opções para personalizar a Barra de Tarefas: Você pode bloqueá-la para evitar movimentos acidentais. Também pode optar por ocultá-la automaticamente, reduzindo ela a uma linha fina na parte inferior da tela, sendo visível ao passar o mouse sobre ela. Além disso, é possível usar ícones pequenos para economizar espaço. A Barra de Tarefas pode ser posicionada na parte inferior, esquerda, direita ou superior da tela, conforme sua preferência. Os botões da Barra de Tarefas podem ser configurados para serem exibidos agrupados ou separados, com opções como sempre combinar, combinar quando a barra estiver cheia ou nunca combinar. A área de notificação à direita da Barra de Tarefas pode ser personalizada para exibir apenas os ícones desejados. No entanto, se optar por ocultar os ícones de notificação, não receberá alertas sobre atualizações ou alterações nos programas instalados.
18. Ao planejar a política e os procedimentos de backup, é essencial entender e escolher os tipos de backup que melhor atendam às necessidades da empresa. Cada tipo possui suas vantagens e desvantagens, e a combinação de diferentes tipos pode otimizar o processo de backup e recuperação de dados. Os principais tipos de backup são completo, constante e incremental.
19. É correto afirmar que ética e moral são conceitos intercambiáveis na filosofia, já que ambos referem-se aos princípios fundamentais que orientam o comportamento humano em sociedade, embora se distingam pela ênfase na reflexão individual e nos costumes sociais, respectivamente.
20. O Windows 10 oferece diversas funcionalidades integradas para manter o computador seguro, eliminando a necessidade de instalar programas de terceiros. Com essas ferramentas, o usuário pode se proteger contra vírus e outras ameaças, gerenciar o acesso infantil e impedir que pessoas não autorizadas utilizem o dispositivo. O objetivo dessas funcionalidades é criar um ambiente seguro dentro da memória do sistema, dificultando o acesso de vírus. Nesse ambiente protegido, os processos críticos do Windows ficam mais resguardados contra ameaças externas. Para utilizar essa função, basta acessar o menu "Segurança do Windows" e seguir o caminho: Segurança do dispositivo > Isolamento do núcleo > Detalhes do isolamento do núcleo. Em seguida, ative a opção "Integridade da memória" usando o botão deslizante.
21. Os servidores públicos devem manter a transparência em suas ações, exceto em casos de segurança nacional, investigações policiais ou quando o interesse superior do Estado exigir sigilo, conforme estabelecido pelo código de ética. A publicidade dos atos administrativos é um requisito de eficácia e moralidade, sendo essencial para a confiança da população nas instituições públicas.
22. As regras imperativas e as regras construtivas são essenciais para orientar a conduta dos servidores públicos. As regras imperativas determinam o que deve ou não ser feito; já as construtivas orientam como realizar as ações permitidas e obrigatórias.
23. De acordo com o decreto nº 1.171/1994, o servidor público que testemunhar uma conduta antiética por parte de um colega deve resolver a questão através de mediação direta entre as partes envolvidas, comunicando à comissão de ética a resolução do caso.

24. A formação ética no contexto educacional pode ser eficaz mesmo sem a integração de princípios democráticos e participativos, desde que os valores morais tradicionais sejam adequadamente transmitidos.
25. Assim como o Excel, as Planilhas Google oferecem diversas funcionalidades e métodos de criação, desde fórmulas básicas de cálculo até as mais avançadas, sendo um excelente recurso para a criação de controles diversos tipos de controles. Na versão gratuita, as Planilhas Google não permitem criar fórmulas complexas de modo tão flexível.
26. Uma das maneiras mais básicas e eficazes de prevenir malwares é através da instalação de antivírus, que geralmente detecta vírus, worms e cavalos de Troia, além de antispyswares. Essa medida se torna mais eficaz quando combinada com a atualização regular tanto dos softwares de segurança quanto do sistema operacional e seus programas. Isso garante que o ambiente esteja protegido com as últimas soluções disponíveis para fechar possíveis brechas de segurança. Além disso, é crucial ter cautela ao lidar com mensagens de e-mail suspeitas e ao navegar em sites de procedência duvidosa. Ao passar o mouse sobre links, os usuários devem estar atentos a referências para arquivos zip, exe ou páginas da web que possam conter armadilhas.
27. A ética se distingue da moral por sua preocupação em avaliar não apenas a conformidade das ações com normas sociais vigentes, mas também a sua coerência com princípios universais de justiça e respeito à dignidade humana. Enquanto a moral pode variar conforme os valores predominantes em uma sociedade, a ética busca estabelecer critérios objetivos para avaliação das práticas morais.
28. O interesse público no serviço público é secundário aos interesses pessoais do servidor, desde que não haja conflito com a lei. Isso significa que servidores podem priorizar suas necessidades individuais, contanto que suas ações não violem nenhuma norma legal. Essa abordagem permite flexibilidade e reconhecimento dos direitos pessoais no ambiente de trabalho público.
29. O Windows Explorer, também conhecido como Explorador de Arquivos, é o gerenciador padrão de pastas e arquivos no sistema Windows. Ele facilita a manipulação de itens como copiar, excluir e mover arquivos e pastas. Para acessar o Windows Explorer, clique no botão "Iniciar", depois em "Todos os Programas", "Acessórios" e selecione "Windows Explorer". A visualização dos painéis do Windows Explorer pode ser ajustada de várias formas, permitindo que os ícones das pastas mudem conforme os arquivos nelas contidos. Para alterar o layout de exibição das pastas e arquivos, clique no botão "Alterar Modo de Exibição" ou na seta "Mais Opções" e escolha entre os modos disponíveis.
30. Para entender as diferenças entre um vírus e um worm de computador, é essencial reconhecer que ambos fazem parte de uma categoria mais ampla de softwares maliciosos, conhecidos como malware. Quando um worm entra no sistema, seja por meio de uma conexão de rede ou de um arquivo baixado, ele pode ser executado, autorreplicado e propagado sem a necessidade de um evento desencadeador, como a abertura do arquivo infectado. Um worm cria múltiplas cópias de si mesmo, que se espalham pela rede ou pela Internet. Essas cópias infectam qualquer computador ou servidor inadequadamente protegido que se conecte ao dispositivo originalmente infectado.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 31 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

31. O princípio da livre iniciativa, conforme previsto na Constituição Federal, garante que organizações podem operar sem qualquer tipo de regulamentação estatal, assegurando total liberdade econômica.
32. O princípio da unidade ou totalidade determina a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro de uma mesma esfera federativa, visando uma gestão mais flexível das finanças públicas, o que permite uma adaptação mais dinâmica às necessidades de cada ente federado.
33. A autoexecutoriedade dos atos administrativos está diretamente ligada à imperatividade, pois ambos os atributos permitem que a administração pública imponha suas decisões, ainda que sem o consentimento dos administrados.
34. De acordo com o Art. 24 da Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004, as contas do exercício financeiro que o Governador deve prestar à Assembleia Legislativa do Estado se constituirão dos Balanços Gerais e do relatório da Secretaria da Fazenda sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira do Estado.
35. A classificação institucional das dotações orçamentárias no Governo Federal é composta por três níveis hierárquicos: órgão orçamentário, unidade orçamentária e subunidade orçamentária, definidos por ato específico.
36. A Secretaria Federal de Controle Interno é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e sua área de atuação abrange todos os órgãos do Poder Executivo Federal, excetuando-se aqueles indicados em legislação específica.
37. O conceito de PNB (Produto Nacional Bruto) inclui o PIB somado aos rendimentos líquidos recebidos do exterior, como lucros de investimentos e remessas de imigrantes. Essa métrica oferece uma visão mais ampla da renda gerada pelos cidadãos de um país, independentemente de onde estão localizados.
38. O Plano Plurianual (PPA) é revisado anualmente pelo Congresso Nacional, permitindo ajustes e redefinições nas metas e objetivos estabelecidos, de modo a garantir a adaptação contínua às mudanças nas políticas governamentais e nas condições econômicas.

39. O princípio do pluralismo político, previsto na Constituição Federal, assegura a liberdade de expressão artística, científica e intelectual, garantindo a convivência harmônica de diversas concepções de moral e fins sociais.
40. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante prevê que a Mesa Diretora é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara, sendo composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários. As eleições para a Mesa Diretora ocorrem a cada dois anos, com mandatos coincidentes com a metade da legislatura.
41. As proposições apresentadas pelos vereadores, conforme o Regimento Interno da Câmara de Verdejante, devem seguir um rito específico de tramitação, incluindo a leitura no expediente, o encaminhamento às comissões competentes para parecer e a inclusão na ordem do dia para discussão e votação. Esse procedimento visa a assegurar a análise adequada de cada proposição antes de sua aprovação.
42. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante permite que qualquer cidadão, independentemente de vínculo com o município, possa propor diretamente projetos de lei à Câmara Municipal, sem a necessidade de apoio ou subscrição de vereadores. Essa medida visa a ampliar a participação popular no processo legislativo.
43. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Verdejante estabelece que as sessões ordinárias devem ocorrer semanalmente, em dias previamente fixados, com início às 19 horas, salvo disposição em contrário ou situações excepcionais que justifiquem alteração. A regularidade das sessões garante a continuidade dos trabalhos legislativos e a participação pública nas deliberações do Legislativo municipal.
44. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante permite que o Presidente da Câmara decida unilateralmente sobre a aprovação de projetos de lei sem a necessidade de votação pelo Plenário. Essa prerrogativa é dada ao Presidente para agilizar o processo legislativo em casos de urgência.
45. Conforme o Regimento Interno da Câmara de Verdejante, as sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Verdejante podem ser convocadas apenas pelo Prefeito, sem necessidade de deliberação ou consentimento da Mesa Diretora ou dos vereadores.
46. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Verdejante estabelece que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) podem ser instauradas e concluídas sem qualquer prazo determinado, permitindo investigações prolongadas sem restrições temporais.
47. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante dispõe sobre a possibilidade de sessões solenes para homenagens, comemorações e outros eventos de relevância municipal, sendo essas sessões realizadas em horários diferentes das sessões ordinárias, para não comprometer o andamento normal dos trabalhos legislativos.
48. O Regimento Interno da Câmara de Verdejante estabelece que as comissões permanentes são órgãos técnicos destinados a apreciar os assuntos submetidos ao seu exame e emitir pareceres. As comissões permanentes são constituídas no início de cada legislatura e podem ser reestruturadas conforme a necessidade dos trabalhos legislativos.
49. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Verdejante não necessita de quórum mínimo para iniciar suas sessões ordinárias, podendo os trabalhos começar com qualquer número de vereadores presentes. Essa flexibilidade visa a assegurar a realização das sessões mesmo com baixa presença.
50. Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do mandato, a eleição deve ser realizada pelo Congresso Nacional, conforme determina o artigo 81, §1º, da Constituição Federal, para garantir uma transição rápida e eficiente, preservando a estabilidade e a governabilidade do país.
51. O Regime Jurídico Administrativo diferencia-se do Regime Jurídico da Administração Pública ao se focar exclusivamente nas normas que colocam a Administração em posição de privilégio e estabelecem a relação entre a administração e os administrados.
52. O controle de legalidade é um controle discricionário e, portanto, pode ser exercido livremente pelo Poder Judiciário para avaliar a oportunidade e conveniência dos atos administrativos.
53. A estagflação ocorre quando uma economia apresenta crescimento econômico acelerado e baixos índices de inflação, refletindo um cenário de estabilidade econômica e social. Esse fenômeno é desejável para o equilíbrio econômico de longo prazo de um país.
54. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as licitações devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica, permitindo que a Administração determine que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico, desde que devidamente motivado.
55. O Produto Nacional Bruto (PNB) difere do Produto Interno Bruto (PIB) por incluir a produção de bens e serviços realizados por cidadãos do país, independentemente de onde estejam localizados, ao contrário do PIB que considera apenas a produção interna.
56. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 1º, que a República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
57. As empresas públicas, que fazem parte da administração direta, possuem 100% de suas ações pertencentes ao Estado e são responsáveis por prestar serviços públicos em diversas áreas, como saneamento e transporte, sem a necessidade de autorização legislativa para sua criação.
58. A Constituição Federal permite que o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentem do país por até trinta dias sem necessidade de licença do Congresso Nacional, conforme o artigo 83.

59. Na organização do Estado brasileiro, os territórios são considerados entes federativos com autonomia política, semelhante aos Estados, Municípios e Distrito Federal, podendo auto-organizar-se e legislar de forma independente.
60. O poder disciplinar da Administração Pública abrange a competência de aplicar sanções administrativas a servidores públicos por infrações funcionais, podendo incluir advertências, suspensões e demissões, assegurando a disciplina e a integridade do serviço público.
61. A Comissão de Coordenação de Controle Interno, instituída pela Lei nº 10.180, de 2001, tem a função principal de realizar auditorias financeiras e contábeis em todas as unidades do Poder Executivo Federal.
62. O princípio da eficiência no Direito Administrativo obriga a Administração Pública a buscar a melhor utilização dos recursos disponíveis, visando obter os melhores resultados possíveis com o mínimo de desperdício.
63. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. O Presidente é responsável por nomear e exonerar os Ministros, além de exercer a direção superior da administração federal com o auxílio dos Ministros, conforme disposto no artigo 84 da Constituição Federal.
64. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um documento que deve ser elaborado pelo Poder Legislativo, sendo uma atribuição exclusiva do Congresso Nacional definir as metas e prioridades para a administração pública no próximo ano.
65. Para estoques que envolvem materiais de consumo e peças de reposição, o custo de aquisição inclui o preço de compra, impostos não recuperáveis, frete, seguro, manuseio e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição.
66. Os atos administrativos vinculados são aqueles em que a administração pública possui liberdade para decidir, considerando critérios de conveniência e oportunidade, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
67. De acordo com o princípio da anualidade ou periodicidade, o exercício financeiro deve coincidir com o ano civil, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, estabelecendo a previsão de receitas e a fixação de despesas.
68. O Poder Legislativo brasileiro é exercido pelo Congresso Nacional em nível federal, pelas Assembleias Legislativas nos estados e pelas Câmaras Municipais nos municípios. Essas instituições não apenas criam leis, mas também fiscalizam o Poder Executivo, assegurando a separação e o equilíbrio dos poderes conforme a Constituição Federal de 1988.
69. O poder discricionário é aquele em que a Administração Pública deve sempre agir conforme um conjunto rígido de normas, sem margem para juízo de valor ou análise de conveniência e oportunidade.
70. A administração pública direta é composta por órgãos que estão diretamente ligados ao chefe do Poder Executivo, como ministérios e secretarias, e não possuem personalidade jurídica própria. Esses órgãos atuam em políticas públicas essenciais, como Defesa Nacional, Saúde e Educação, utilizando recursos provenientes de tributos arrecadados pela União.
71. A classificação funcional das dotações orçamentárias visa a responder à pergunta "em que área de ação governamental a despesa será realizada?". Esse questionamento pode ser aplicável em todas as esferas de governo.
72. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é obrigatório para todos os órgãos da administração direta e indireta, incluindo todas as empresas estatais independentes, sem exceção, conforme especificado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
73. A política monetária contracionista envolve ações do governo para aumentar a oferta de moeda, visando estimular a economia através da redução das taxas de juros e do crédito disponível no mercado. Essa estratégia busca aquecer a economia em períodos de recessão.
74. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Esse planejamento é essencial para orientar a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), garantindo a continuidade das políticas públicas entre diferentes mandatos.
75. Os índices de desenvolvimento econômico, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), consideram não apenas o PIB per capita de um país, mas também fatores como saúde, educação e qualidade de vida. Esses indicadores proporcionam uma avaliação mais abrangente do bem-estar social e econômico de uma nação.
76. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) utiliza uma codificação numérica de 9 dígitos, distribuídos em 7 níveis, para organizar e detalhar os registros contábeis de forma padronizada, conforme especificado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
77. A teoria do risco administrativo estabelece que o Estado só responde pelos danos causados por suas atividades se for comprovada a culpa do agente público envolvido. Para que haja responsabilidade estatal, é necessário demonstrar o dolo ou a culpa no comportamento do agente público.
78. O controle administrativo no Brasil pode ser exercido internamente pela própria administração, externamente pelos Poderes Legislativo e Judiciário, e também pela população, diretamente ou por meio de órgãos especializados, assegurando a fiscalização e a revisão dos atos administrativos em todos os níveis de governo.
79. De acordo com o Art. 36, §3º, inciso III, da Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004, o Corregedor Geral da Assembleia Legislativa é responsável por instaurar Tomada de Contas Especial quando a omissão for da responsabilidade do Procurador Geral de Justiça.

80. A Federação brasileira é caracterizada pela indissolubilidade da União, o que significa que os entes federativos (União, Estados, DF e Municípios) não têm o direito de secessão, garantindo a permanência da unidade do Estado brasileiro.
81. A responsabilidade civil objetiva do Estado, fundamentada na teoria do risco administrativo, está prevista no Artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que estabelece a obrigação de reparar danos causados por seus agentes a terceiros.
82. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser elaborada anualmente pelo Poder Executivo e enviada ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, sendo votada e aprovada até o dia 22 de dezembro do mesmo ano, conforme estipulado pela Constituição Federal de 1988.
83. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, estabelece a concessão de asilo político como um princípio fundamental das relações internacionais, reforçando a posição do Brasil em acolher indivíduos perseguidos politicamente, independentemente de sua nacionalidade ou situação jurídica.
84. A responsabilidade do Estado na prestação de serviços públicos é objetiva, ou seja, o Estado responde pelos danos causados a terceiros, independentemente de culpa, conforme o regime jurídico de Direito Público.
85. As sessões legislativas ordinárias no Congresso Nacional ocorrem de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1 de agosto a 22 de dezembro, de cada ano. Durante esses períodos, a aprovação de medidas provisórias exige quórum de dois terços dos membros de cada Casa.
86. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a publicidade das propostas dos licitantes deve ser obrigatoriamente mantida em sigilo até a conclusão do processo licitatório e a assinatura do contrato, para garantir a competitividade e a integridade das propostas.
87. A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende três partes distintas: o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social. Cada uma dessas partes é essencial para a execução das políticas públicas e o controle das finanças governamentais.
88. O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 ministros que ocupam o cargo de maneira vitalícia e são indicados pelo presidente da República, sem necessidade de aprovação pelo Senado Federal. Além disso, o STF é responsável por julgar casos apenas relacionados a matérias constitucionais, não tendo competência sobre outras áreas do direito.
89. A inflação estrutural ocorre devido a choques temporários nos preços de commodities, que afetam temporariamente os índices inflacionários, mas não influenciam de forma duradoura a economia de um país. Esse tipo de inflação é considerado menos impactante e em geral é facilmente controlado por políticas econômicas adequadas.
90. Os bens públicos de uso comum do povo, como rios, mares, estradas, ruas e praças, são inalienáveis e não podem sofrer usucapião, garantindo que esses bens estejam sempre disponíveis para o uso geral da população em igualdade de condições, conforme o artigo 99, inciso I, do Código Civil.
91. A macroeconomia se preocupa principalmente com a análise de indicadores como PIB, inflação, juros e câmbio, focando na economia nacional e nas relações econômicas internacionais; enquanto a microeconomia estuda os detalhes do comportamento dos indivíduos e das empresas no processo produtivo.
92. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento legal que detalha as metas fiscais e as prioridades da administração pública para o próximo ano, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelecendo os limites para os gastos públicos.
93. A prática de ajustar o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o princípio de que os ativos devem ser escriturados pelo valor justo, que reflete a quantia pela qual o estoque pode ser trocado entre compradores e vendedores bem informados.
94. Os bens de uso especial, como edifícios e terrenos destinados ao serviço público, podem sofrer usucapião por particulares após um período de uso contínuo e ininterrupto, garantindo a propriedade privada desses bens.
95. A execução dos serviços públicos de caráter industrial ou comercial é regida exclusivamente pelo Direito Administrativo, com os contratos de prestação sendo também regulados pelo mesmo regime jurídico.
96. O Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, varia entre 0 e 100, onde 0 indica completa igualdade e 10 indica máxima desigualdade de renda.
97. No Regime Jurídico Administrativo, a Administração Pública não possui a prerrogativa de impor sanções administrativas aos particulares, pois isso contraria os princípios da legalidade e legitimidade.
98. O PIB nominal é calculado sem ajustes de inflação, refletindo diretamente os preços correntes dos bens e serviços produzidos em uma economia. Esse indicador econômico é fundamental para medir o tamanho e a atividade econômica de um país, fornecendo uma base para comparações internacionais de riqueza e desenvolvimento econômico.
99. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país indica necessariamente melhoria no padrão de vida da população, independentemente da distribuição de renda entre os diferentes grupos sociais.
100. O princípio da moralidade administrativa permite que os agentes públicos sigam apenas a legalidade, sem a necessidade de considerações éticas, desde que suas ações estejam de acordo com a lei.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO